



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Primeira (1ª) Sessão Extraordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 01 (um), de 2015, de Sessão Extraordinária. Às 22h46, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução, convidou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação do Plenário, **EM TURNO ÚNICO**, **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 10, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a celebrar convênio e posteriores aditivos com o Serviço Social da Indústria – SESI/SP, para o fim que especifica”. Com *emendas*, da Vereadora Maria Helena S. de Barros. Parecer, conjunto, das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre o projeto, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, declarando seu voto favorável, haja vista que as emendas apresentadas blindavam a matéria e lhe traziam segurança de posicionamento; (submetida votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Projeto de Lei nº 10/2015, do Prefeito Municipal e emendas); (à sanção do Chefe do Poder Executivo). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros que, desde logo, agradeceu, em nome das Comissões Permanentes, a aprovação das duas emendas apostas ao Projeto de Lei nº 10/2015. Na sequência, abordou o assunto da visita de um grupo de vereadores ao Horto Municipal e Zoológico, explicando que o grupo de vereadores havia comparecido, no local, a convite de um cidadão interessado no Zoológico, especialista da área ambiental, o cidadão Alexandre Valpassos Viana; que os vereadores tinham sido muito bem recebidos por ele e também, pelo cunhado do prefeito, o Secretário Municipal de Obras, Sr. Wilson Rogério da Silva; que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

secretário tinha elencado, ao grupo de visitantes, os fatos ocorridos na administração anterior, as dificuldades, os reparos, aquilo que precisou ser refeito nas obras de reforma e ampliação daquele espaço e que, havia sido o senhor Wilson Rogério a pedir a intercessão do PSDB, junto ao Deputado Estadual Barros Munhoz, para agilidade no trâmite das licenças ambientais relativas, haja vista que a tutela da direção do setor de fauna, antes de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cabia, agora, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, necessitando ser revista, totalmente. Finalizando, a vereadora refutou as palavras do Vereador Laércio Rocha Pires, ditas em sessão anterior, que acusavam o grupo oposicionista de tentar se promover às custas da reinauguração do Horto e Zoológico Municipais. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires que, de imediato, afirmou que não estava criticando o Deputado Estadual Barros Munhoz. “Vim para defender, porque disseram que o Zoológico estava abandonado e isto, não é verdade, eu mesmo, pessoalmente, presenciei as horas-extras feitas pelos funcionários, na tentativa de agilizar as obras, e se o Secretário de Obras, Wilson Rogério, pediu ao grupo de oposição que intermediasse, ele foi chocho, porque ele tem dez vereadores na base aliada, para fazer um movimento até São Paulo, até a Assembleia Legislativa, até o Governo do Estado, mas não, preferiu contatar os dois vereadores da oposição, para massacrar os da base e ainda acha que está certo”, aclarou o edil do PPS. “Este secretário está louco, pirou; passou por cima dos vereadores da base, para fazer média com a oposição, o que não é legal, afinal os dez vereadores têm força para chegarem ao governo, na Capital, então, por que não nos chamou e preferiu a oposição?”, inquiriu o edil e concluiu sua fala. Para falar em “Explicação Pessoal”, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que se manifestou a respeito de questões partidárias. Disse que era a Vice-Presidente da Executiva Estadual do PDT Mulher; que estivera em reunião com o Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nacional do PDT, Carlos Luppi; que a manifestação do presidente do partido tinha sido pela união, em nível nacional, do PDT ao PT; que não entraria no mérito de tal união, mas era fato que os dois partidos estariam ligados, um apoiando o outro e que, mesmo sendo do mesmo partido que o Prefeito Luís Gustavo Stupp, PDT, ela não era a candidata do prefeito, porque era oposição ao prefeito, mesmo sendo ambos do mesmo partido. Com relação ao assunto da reforma da Câmara, ou aluguel de um imóvel, para abrigo da sede do Poder Legislativo de Mogi Mirim, a vereadora afirmou que, com um bom engenheiro, seria possível a reforma e com bastante espaço, para todos os vereadores, com acessibilidade e boa divisão dos gabinetes. “Engenharia é estudada para isso, não é à toa, afinal, não precisamos mudar do prédio, para termos uma saída de emergência”, sublinhou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri que, de início, falou sobre o assunto do Zoológico, endossando as palavras da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, dizendo que o grupo da oposição tinha apenas acompanhado o munícipe Alexandre Valpassos numa visita ao Zoológico e que, atendendo uma solicitação do senhor Wilson Rogério, tinham se reunido com o deputado Barros Munhoz, na tentativa de resolver um problema e colaborar com o governo municipal. “Simplesmente isso”, declarou. Concluindo, com relação à locação de um prédio para sede da Câmara de Mogi Mirim, aclarou que era veementemente contra a locação, nas condições apresentadas, com um valor de aluguel muito alto, haja vista o momento de crise do município. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Destacou, em relação aos assuntos do Zoológico Municipal, que, sob uma ótica política, acreditava que seria impossível Barros Munhoz ajudar a cidade, nos dois anos futuros, conseguindo um bônus maior do que já havia conseguido, porque deveria ter feito isso no primeiro biênio do corrente mandato municipal. Explanou que, certamente, o PSDB tentaria se fortalecer na cidade, visando as próximas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eleições; que Barros Munhoz tinha falhado um pouco pela quantidade de votos que tinha recebido na cidade; que era impossível de se negar que Barros Munhoz muito fizera por Mogi Mirim, que trouxera grandes verbas para Mogi Mirim e que, ele, orador, tinha a maior consideração pelo deputado. “Com relação aos seis vereadores que visitaram o deputado, foram para reivindicar ajuda, em seu gabinete, digo que acho saudável, também iria, se tivesse sido convidado, porque seria mais um vereador, tentando trazer algo de benéfico para Mogi Mirim, embora, como disse, não acredito que ele seja tão generoso com Mogi Mirim, nesses dois anos futuros; devemos nos unir, ir até o Governo do Estado, irmos até Brasília, é uma oportunidade e adianto que pretendo encabeçar uma reunião, agendada para o dia 19 do corrente, neste Plenário, presentes representantes das câmaras da região, para discussão de propostas conjuntas, na busca de recursos, ou melhoria nas leis, para movimentação junto aos deputados, na Assembleia Estadual e em Brasília, portanto, estão todos convidados e, antes que digam algo ao contrário, o objetivo não é fazer politicagem, mas sim, fortalecer as câmaras, regionalmente”, explicou e encerrou sua fala. Também fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, para comentar sobre a visita feita ao Horto e a intercessão do deputado peessedebista nos assuntos municipais. Disse que não era membro do PSDB, mas que se dirigia respeitosamente ao partido; que as urnas não mentiam e que, se Barros Munhoz fosse tão ruim e nada fizesse pela cidade, não teria recebido os votos que recebeu. Colocou que deselegante tinha sido quem não quisera a ajuda, o Prefeito, a “anta”, a quem ele tinha se referido quando falara a respeito do Zoológico Municipal. Esclareceu que sua filiação de origem tinha sido no PSDB, que ele não tinha sido “criado” pelo PPS, nem pelo presidente da sigla, e sim pelo seu pai e pela sua mãe e arrematou, dizendo: “cada um no seu quadrado”. Aclarou que ele não teria problema algum em retornar ao PSDB; que não se deveria colocar ‘em cheque’ a ajuda prometida pelo deputado Barros Munhoz, porque, desde que trouxesse recursos e melhoria de vida para a cidade, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sigla partidária de nada implicava. “Barros Munhoz procurou o prefeito, que não quis recebê-lo e foram várias vezes, então, ‘a anta’ é o prefeito, pelas atitudes desinteligentes que ele toma, e não os funcionários”, destacou. Para concluir, falou que se não sofresse punição, mudaria de partido e discorreu sobre a Lei dos Partidos Políticos, a respeito de fidelidade partidária, migração partidária e mandato eletivo. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que, de início, falou sobre o discurso dos vereadores em Plenário. Afirmou que ficava observando a fala dos edis durante seus discursos, que a maioria fazia um discurso ligando situações, mostrando fatos, coisas relevantes e que, às vezes, ele notava um certo discurso cheio de um ‘ciúme danado’. Depois falou sobre o Zoológico, dizendo que tal questão era interessante e vinha desde o tempo de Paulo Silva. Contou sobre os fatos do passado e explicou que a verba, oriunda da Petrobrás, aplicada na reforma do espaço, era, na realidade, uma compensação, pelo uso do solo municipal, quando da instalação do gasoduto. “Com todo respeito, Vereador Laércio, mas, às vezes, o vereador fala umas coisas que não conseguimos entender; o vereador não é dono de nada e se o prefeito não consegue resolver o problema, não quer receber o deputado, pergunto qual o problema dos vereadores, independentemente da sigla partidária, procurarem o deputado? Por que ciúmes?”, inquiriu. Afirmou que sem ajuda política, o Horto Florestal e o Zoológico não seriam abertos ao público tão cedo, porque se tratava, na realidade, de uma questão técnica. “Foi pedida uma vistoria para se aponte aquilo que precisa ser arrumado e o Secretário de Obras teve hombridade para pedir a interferência do deputado, é assim que vamos caminhar e eu não entendo sua posição”, frisou. Para finalizar, destacou que o Deputado Estadual Barros Munhoz tinha se colocado à disposição, para ajudar, independentemente de partidos e que, discutir por questões partidárias, em âmbito municipal, era uma ignorância. Também fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que respondeu à Vereadora Dayane Amaro Costa, que tinha se manifestado em relação à união entre o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Partido dos Trabalhadores - PT e o Partido Democrático Trabalhista - PDT. Esclareceu a ela e aos demais edis, que ele se referia a questões do PT, que falara sobre partidos e que, o PDT tinha uma aliança com o Governo Federal, assim como o PMDB. Narrou sua experiência pessoal, em Brasília, quando de uma visita ao Deputado Federal Nelson Marquizzelli, acompanhado que fora do Vereador Luiz Guarnieri e do próprio Prefeito Luís Gustavo, objetivando recursos. “Só que o deputado Marquizzelli queria que nós assinássemos um documento, empenhando apoio a ele, e nós nos reservamos no direito de nada assinar, nem eu, nem o vereador e nem o prefeito, mas, quem sabe se não houve o mesmo fato, junto ao deputado Barros Munhoz?” meditou. Salientou que desejava a mesma coisa que o Vereador Osvaldo Quaglio, ou seja, solução para o impasse do Horto e do Zoológico; que tinha feito um desabafo; que tinha uma convivência comercial com o Vereador Luiz Guarnieri, em razão de serem ambos empresários; que não misturava as coisas, a vida social e particular, com a vida política, mas não entendia como justo e lhe era inadmissível aquilo que estava vivendo dentro do seu partido, porque, o Vereador Luiz Guarnieri tinha visitado um deputado do PSDB, oposição nacional ao PT, e nada lhe acontecera, em termos de punição, quando, se tivesse sido ele, orador, teria sofrido firmes sanções. “Não culpo o Vereador Luiz Guarnieri, em hipótese alguma, mas aponto os dirigentes municipais do meu partido, o PT, porque, lá dentro, são dois pesos e duas medidas, haja vista que temos divergências intrapartidárias”, explicou. Anunciou que uma nova sigla partidária iria surgir no cenário municipal, oriunda da fusão de dois partidos, com grandes nomes oriundos do PSDB e do PT. “O PT sem sua podridão e os seus bons nomes; o PSDB tem a sua podridão e os seus bons nomes”, disse o edil e para concluir, renovou o respeito que tinha pelos vereadores do PSDB, Maria Helena e Osvaldo. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, anunciou que a próxima sessão ordinária seria realizada após o Carnaval e que, a Comissão de Ética



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parlamentar seria constituída imediatamente após o feriado, porque vereadores queriam ser respeitados, mas não respeitavam seus dignos pares. Posto isto, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 23h30, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM